



Trabalho na construção civil durante a retomada do financiamento habitacional no Brasil

Trabajo en la construcción civil durante la reanudación de la financiación habitacional en Brasil

***Melissa Ronconi de Oliveira**, Instituto de Economia da Unicamp, meronconi@gmail.com*

***Mariana Fix**, Instituto de Economia da Unicamp, marianafix@unicamp.br*

Melissa Ronconi de Oliveira é doutoranda no IE-Unicamp e Mariana Fix professora no IE-Unicamp e coordenadora do CEDE

Resumo

O estímulo à construção civil e ao mercado imobiliário para a geração de postos de trabalho tem sido evocado, em diferentes momentos históricos, como resposta a crises econômicas. Ao mesmo tempo, estudos apontam impactos negativos exercidos por medidas de fomento à produção habitacional nas cidades brasileiras, que agravam algumas das mazelas da nossa urbanização como a segregação espacial, a expansão horizontal (aumento custo e tempo de deslocamento) e a criação de novos vazios urbanos. Este texto procura contribuir para o debate por meio de uma análise do mercado de trabalho na construção de edifícios durante a retomada do financiamento habitacional, nos anos 2000. Para isso, retoma brevemente alguns dos antecedentes históricos do trabalho na construção da moradia, a partir das contribuições pioneiras de Sergio Ferro e de outros autores. Em seguida, busca caracterizar as mudanças recentes por meio da sistematização e análise de dados secundários, de modo a agregar à reflexão crítica sobre a política habitacional brasileira aspectos menos discutidos referentes ao perfil do emprego no setor. Os resultados da pesquisa indicam que o trabalhador da construção permanece com baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, sujeito à elevada incidência de acidentes de trabalho. Na ponta extrema, o trabalho análogo ao escravo aparece como cruel realidade em diversos canteiros de obras brasileiros.

Palavras Chave: Trabalho, canteiro de obras, construção civil, emprego, política habitacional

Resumen

El estímulo a la construcción civil y al mercado inmobiliario para generar puestos de trabajo ha sido invocado, en distintos momentos históricos, como una respuesta a las crisis económicas. A la vez, algunos estudios muestran impactos negativos ejercidos por las medidas de fomento a la producción habitacional en las ciudades brasileñas que empeoran algunas desgracias de nuestra urbanización, como la segregación espacial, la expansión horizontal (aumento del costo y tiempo de desplazamiento) y la creación de nuevos vacíos urbanos. Este texto intenta contribuir para el debate a través de un análisis del mercado laboral en la construcción de edificios durante la reanudación de la financiación habitacional en los años 2000. Para ello, reanuda brevemente algunos antecedentes históricos del trabajo en la construcción de viviendas, a partir de las contribuciones pioneras de Sergio Ferro y otros autores. Posteriormente, busca caracterizar los cambios recientes a través de la sistematización e el análisis de datos secundarios, a fin de agregarle a la reflexión crítica sobre la política habitacional brasileña aspectos menos discutidos relacionados al perfil del empleo en el sector. Los resultados de la investigación indican que el trabajador de la construcción permanece con remuneración reducida, pésimas condiciones de trabajo y sujeto a la alta incidencia de accidentes de trabajo. En la punta más extrema, el trabajo análogo al esclavo aparece como una realidad cruel en diversos obradores brasileños.

Palabras Clave: Trabajo, obrador, construcción civil, empleo, política habitacional

Introdução

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado como medida anticíclica frente aos impactos no país da crise internacional iniciada em 2008. O anúncio da meta de 1 milhão de moradias foi sucessivamente ampliado até a contratação de mais de três milhões de unidades, com a promessa de resgatar o setor de edificações da crise e estimular a geração de empregos. Criado 45 anos antes, o BNH também foi apresentado como uma das medidas de enfrentamento à estagnação do começo dos anos 1960.

Durante a ditadura militar, a construção civil destacou-se na absorção de trabalhadores migrantes que chegavam às grandes cidades brasileiras expulsos pela modernização do campo. O BNH permitiu completar a estruturação do circuito imobiliário com impactos diretos no avanço da divisão entre canteiro e desenho, modificando o perfil do trabalhador no setor (TONE, 2016).

Economia, emprego e produção residencial combinam-se nas duas maiores políticas habitacionais do Brasil. Por isso, a importância do estudo da política habitacional articulado às investigações sobre a indústria da construção, com destaque para as relações de trabalho nos canteiros, analisados nos estudos pioneiros de Sérgio Ferro (1969).

Este artigo apresenta e discute uma pesquisa sobre as condições de trabalho nos canteiros brasileiro realizada por meio da análise de dados secundários. Iniciamos com uma breve retrospecto histórico sobre o mercado de trabalho na construção civil no Brasil para, em seguida, examinar dados levantados, especialmente para o subsetor da Construção de Edifícios¹.

O TRABALHO NO CANTEIRO: ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No início do século passado, as edificações eram realizadas por pequenos construtores que contavam com trabalhadores especializado: artesãos. Estes eram reconhecidos como verdadeiros *artistas* já que se destacavam pelo elevado nível técnico e cultural – especialmente os trabalhos de carpinteiro e pedreiro, que exigiam conhecimento de desenho, cálculo e geometria. Eram operários de elevada qualificação e livres das pulsões de ritmo dominadas pelo maquinário fabril. Destacavam-se pela remuneração, pela melhor escolaridade e o elevado grau de organização (SILVA, 2003).

O surgimento das escolas de engenharia no país e a presença cada vez maior de grandes empresas influenciou o perfil do trabalhador do setor. O conjunto de saberes que distinguem o operário da construção passou a ser cada vez mais objeto do domínio de arquitetos e engenheiros, ampliando a divisão entre conhecimentos técnicos e prática de produção. Em decorrência disto, grandes mudanças aconteceram na organização do canteiro, ainda que não tenham alterado o caráter manufatureiro da construção: “sob controle da empresa capitalista, os custos podiam ser diminuídos pela cooperação e divisão simples do trabalho” (SILVA, 2003, p. 76).

A fragmentação ocorreu à medida que o trabalhador foi perdendo o domínio do processo de trabalho com a simplificação das tarefas e com o controle do trabalho coletivo comandado por profissionais de formação técnica. Este processo permitiu a desqualificação do operário da construção que, mais facilmente substituível, passou a enfrentar maior rotatividade. Assim, quando se acentuou a substituição do trabalhador imigrante, típico do começo do século XX, pelo migrante

¹ As pesquisas econômicas são estruturadas em torno da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), que está em constante atualização. Atualmente, a CNAE divide a Construção em três subsectores: Construção de Edifícios, Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção.

nacional, estes encontraram na construção civil oportunidades de inserção na economia urbana. O resultado desse conjunto de mudanças foi uma piora nas condições de trabalho com o avanço do domínio do capital sobre a construção (PEREIRA, 1988; TONE, 2016).

O processo de modernização com concentração de renda iniciado pela ditadura mudará a cara do país. É a partir dos anos 1960 que a velocidade do crescimento das cidades e a debilidade das políticas públicas geram uma urbanização caótica, processo definido como *arrebentação urbana* por Wilson Cano (2011). O problema da moradia e do emprego tornam-se pautas centrais das cidades brasileiras, já que o país cresce, mas exclui.

BNH: MANUFATURA

O ‘falso problema’ da moradia foi eleito pela ditadura militar para justificar a inversão de recursos no setor da construção² (BOLAFFI, 1976) em um contexto de estagnação da economia brasileira. Para a organização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram destinados recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do recém-criado FGTS³ - poupança compulsória do trabalhador. Esse processo fez parte da tentativa de organizar uma estrutura de financiamento de longo prazo – o que explicará em parte o crescimento durante o chamado ‘milagre econômico’ (TAVARES, 1985).

O BNH financiou a compra de novos imóveis – cuja produção sempre ficou a cargo do setor privado – no lugar de outros modelos de provisão habitacional que poderiam ser adotados, como o financiamento de imóveis usados, o aluguel social ou mesmo a desapropriação de imóveis vagos. O Banco tinha como objetivo estimular a recuperação da economia e a geração de postos de trabalho de baixa qualificação (MARICATO, 1987; COSTA, 1972).

Atuando com uma lógica privatista e exigindo uma rentabilidade incompatível com a realidade da maioria dos trabalhadores, o programa voltou sua atuação para o atendimento de faixas de média e alta renda – que contavam com a capacidade de pagamento necessária. As ações do BNH não lograram nem ao menos atenuar o processo de favelização nas grandes cidades, acentuando uma série de problemas urbanos como a construção de grandes conjuntos habitacionais em periferias, muitas vezes em áreas não urbanizadas; conjuntos habitacionais de má qualidade; especulação imobiliária; aumento no preço da terra etc. Enquanto isso, a autoconstrução continuou como alternativa ao problema da moradia para grande parcela dos trabalhadores (MARICATO, 1987; OLIVEIRA, 2003).

A intensa produção residencial permitida pelo BNH estimulou o crescimento econômico e permitiu completar a estruturação do circuito imobiliário (FIX, 2011). A divisão entre canteiro e desenho se acentuou e a construção permaneceu com caráter manufatureiro. Apesar do forte estímulo à produção residencial, a abundância de mão de obra barata disponível em um país de fortes contradições sociais não justificou a inversão em capital fixo pelos empresários das edificações (FERRO, 1969).

A divisão mais acentuada entre canteiro e desenho aprofundou a desestruturação da organização tradicional dos trabalhadores da construção e abriu espaço para maior divisão das atividades da produção. O domínio da técnica passou para o escritório, restrito aos profissionais de maior

² O fomento ao circuito imobiliário pelo Estado foi tratado em Lessa e Dain (1983), Oliveira (1982) e Cano (2011).

³ Que substitui a estabilidade no emprego. Para um histórico do FGTS ver Cintra (2007).

escolaridade; a produção foi parcializada e a unificação das atividades do trabalhador coletivo realizada pelo mestre de obras.

Baixos salários, pequenas empresas, alta rotatividade e grande informalidade combinavam-se com uma elevada incidência de acidentes de trabalho em um setor predominantemente masculino, durante a vigência do BNH (WERNECK, 1978; FARAH, 1996).

A revisão da história do trabalho no canteiro de obras nos permite desnaturalizar a precariedade das condições de trabalho como algo intrínseco à atividade da construção. Diferentemente, a fragmentação das operações da produção da casa está diretamente relacionada ao crescente domínio do capital sobre a atividade da construção. O BNH permitiu dinamismo econômico e geração de postos de trabalho de baixa qualificação durante o intenso influxo de migrantes rumos às grandes cidades brasileiras. Longe de resolver o problema habitacional⁴, porém, o Banco permitiu a estruturação do circuito imobiliário, a dinamização da economia e atingiu um de seus objetivos: a geração de postos de trabalho precários de baixa qualificação.

RETOMADA DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL NOS ANOS 2000

O BNH encerrou suas atividades em 1986, quando suas funções foram em parte transferidas para a Caixa Econômica. O fomento à produção habitacional só voltou a ter vulto com o crescimento econômico da última década. Durante os anos 1990, predominou o autofinanciamento da moradia, ao mesmo tempo em que começou a constituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) (POZZI, 2001; ROYER, 2009). A recuperação dos *fundings* tradicionais de financiamento habitacionais (FGTS e SBPE) e o aumento na renda das famílias permitiu a retomada de fôlego de carteiras de crédito coordenadas pelo setor público nos anos 2000⁵.

O momento de otimismo com o andar da economia brasileira e os estímulos creditícios à produção residencial permitiram intenso dinamismo do setor imobiliário. Frente às expectativas positivas, as incorporadoras – até então órbita de acumulação reservada ao capital nacional – passam por processo de abertura de capital em busca de capitalização, direcionada especialmente para a formação de bancos de terras (FIX, 2011).

O aumento da escala financeira propiciada pelos IPOs (Ofertas Públicas Iniciais) somadas à retomada do crédito imobiliário teve, como contrapartida, o crescimento dos canteiros de obra. A produção imobiliária passou a responder, em parte, aos parâmetros de temporalidade do capital financeiro (Ibidem).

Quando as incorporadoras, agora empresas de capital aberto, foram abaladas pelos reflexos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira, as políticas habitacionais que vinham sendo elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores foram parcialmente abandonadas e um pacote habitacional foi lançado com objetivo declarado de atuar como política anticíclica.

⁴ Como Maricato lembra “As pessoas moram independentemente da política habitacional”. A saída encontrada pelos trabalhadores brasileiros frente à ausência de políticas públicas efetivas para o problema da moradia foi a autoconstrução, os loteamentos clandestinos e irregulares.

⁵ Mais detalhes sobre o modelo de crescimento dos anos 2000 e suas contradições podem ser encontradas em Barbosa (2015); Cano e Silva (2010). Para detalhes sobre a retomada do financiamento habitacional ver Royer (2009); Fix (2011) e Shimbo (2010).

Elaborado junto com as empresas, o PMCMV mobiliza recursos fiscais e fundos coletivos para o financiamento de novos imóveis. A enxurrada de crédito, acrescida de subsídios, permitiu ao setor retomar seu dinamismo com rapidez ao longo dos anos seguintes.

Porém, estudos sobre o 'Minha Casa' identificaram a proliferação de casas padronizadas e mal edificadas, com impactos urbanísticos catastróficos – cristalizando ou acentuando estruturas urbanas desiguais⁶. Sem a utilização de instrumentos de controles sobre a terra urbana, o incremento do preço dos imóveis nas cidades brasileiras superou de longe inflação.

A crise econômica iniciada em 2008 nos EUA alastrou-se mundialmente, gerando impactos recessivos nos mais diversos países. Frente à disponibilidade de recursos fiscais – resultados de anos de crescimento seguidos – e à possibilidade de mobilizar recursos de fundos coletivos, o 'falso problema' da moradia novamente mobilizou o imaginário nacional. O sonho da casa própria justificou uma inversão significativa na produção imobiliária.

Ao mesmo tempo, o PMCMV foi apresentado pelo governo e seus defensores como uma política anticíclica capaz de gerar grande quantidade de postos de trabalho. O restante deste artigo dedica-se a caracterizar, quantificar e discutir o tipo de emprego gerado, e as mudanças no mercado de trabalho.

TÉCNICA DE PRODUÇÃO DA MORADIA

A trajetória do trabalho nos canteiros brasileiros, como visto, passa por importantes mudanças com o domínio crescente do capital sobre a produção imobiliária. A divisão de atividades entre canteiro e desenho permitiram a fragmentação da produção habitacional no canteiro, sem avançar, contudo, para um processo de produção industrializado (FERRO, 1969).

O debate histórico sobre a indústria da construção é retomado, nos anos 2000, na tentativa de identificar possíveis mudanças com o aumento da produção habitacional. José Baravelli (2014), a partir da análise de canteiros paulistas de produção de moradia popular constata a incorporação de novas tecnologia, com alterações importantes nos processos de trabalho e qualificação exigida do trabalhador. A análise do autor permite compreender mudanças que são mais bem entendidas associadas às particularidades da produção da moradia popular (Faixa 1) do PMCMV. Numa análise econômica da dinâmica das edificações, Bertasso (2012) destaca que, apesar das intensas transformações no setor nos anos 2000, este não logra industrializar-se.

O que parece ficar destacado pelo conjunto de pesquisas sobre o tema é que, apesar da indução à utilização de elementos de racionalização da produção pelo PMCMV, este movimento não é difundido para o conjunto da produção habitacional no país. O tema, importante para definir os impactos do PMCMV na indústria da construção, merece maior destaque em novos estudos⁷.

⁶ Como pode ser visto em estudos como Pequeno (2015).

⁷ Pesquisas de campo, aos moldes do realizado por Costa (2013), que investiga e compara diferentes canteiros, permitiriam compreender melhor os impactos das mudanças no processo de produção no perfil e dinâmica dos trabalhadores frente aos impulsos dados pelo influxo de crédito nos anos 2000.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL⁸

As mudanças destacadas pela literatura quanto às técnicas e formas de organização da produção poderiam nos levar a associá-las, erroneamente, a melhoras na saúde e segurança dos trabalhadores. As contribuições condensadas em Filgueiras (2015) permitem compreender as dificuldades envoltas na normatização de critérios de segurança do trabalho na construção civil.

O setor permanece campeão em mortes e acidentes resultados de acidentes de trabalho, que crescem em ritmo sempre superior ao incremento de vínculos em cada subsetor. Em 2006, a construção representava 4% dos vínculos de emprego formal e aparecia como responsável por 10,15% das mortes. Em 2013, representando 6,32% dos vínculos, o setor participou com 16,12% dos óbitos.

Tabela 1 - Variação anual dos vínculos e dos acidentes, por subsetores da construção civil, de 2007 a 2013

Ano	Edificações			Serviços Especializados			Infraestrutura		
	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes	Vínculos	Acidente com CAT	Acidentes
2007	14,0%	-1,1%	26,6%	17,6%	2,9%	33,1%	18,6%	10,1%	29,1%
2008	18,6%	26,0%	41,7%	20,0%	40,3%	57,1%	18,0%	25,3%	35,2%
2009	12,3%	6,6%	5,1%	14,7%	17,0%	13,6%	9,4%	3,0%	2,2%
2010	25,1%	10,6%	4,4%	23,6%	4,8%	3,5%	7,6%	-0,5%	-4,7%
2011	9,4%	13,8%	14,6%	15,5%	12,3%	10,1%	8,5%	-0,7%	0,1%
2012	2,3%	3,3%	5,5%	7,3%	3,6%	1,0%	2,8%	9,9%	10,0%
2013	0,9%	-0,9%	-3,3%	7,9%	2,4%	-0,2%	1,0%	-4,2%	-5,5%

Fonte: RAIS e INFOLOGO/INSS. Elaboração própria.

Os registros de resgates de trabalhadores em canteiros de obras são frequentes, referentes a empresas como MRV⁹, PDG e Tenda¹⁰, Cyrela¹¹, Brookfield¹², entre outras. Casos de trabalho análogo ao escravo foram identificados muitas vezes em obras financiadas no âmbito do PMCMV. A situação é preocupante pois coloca uma variável importante na discussão dos impactos da retomada do financiamento no trabalho do setor: não houve uma regulamentação específica que possibilitasse um padrão de qualidade do emprego mesmo diante da enxurrada de crédito dos anos 2000. A moradia parece continuar sendo construída no país mediante relações degradantes de trabalho.

⁸ Este trabalho baseou-se na análise de dados secundários. Para uma descrição detalhada das dificuldades metodológicas envolvidas na tabulação de dados sobre a construção civil ver Oliveira (2016).

⁹ MPT pede que construtora MRV pague por trabalho análogo à escravidão. Folha de São Paulo. Rio de Janeiro, 01 set. 2015.

¹⁰ PDG e Tenda entram no rol de trabalho análogo ao escravo. O Estado de São Paulo. 04 78jul. 2014.

¹¹ Operação encontra 11 pessoas em situação de trabalho escravo em obra olímpica. BBC Brasil. Rio de Janeiro, 30 nov. 2015.

¹² Fiscalização flagra trabalho escravo em obra de Brookfield e Emcccamp do 'Minha Casa Minha Vida'. Repórter Brasil. 09 dez. 2013.

Tabela 2 - Resgates por subsetor da Construção, 2011-2014

Subsetor	2011	2012	2013	2014
Total Construção	348	344	1.151	262
Edificações	286	325	809	161
Infraestrutura	62	4	303	99
Serviços	0	15	39	2

Fonte: Repórter Brasil. Elaboração Própria.

O MERCADO DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO NOS ANOS 2000

A análise do mercado de trabalho na construção civil mediante a observação dos dados do Censo¹³ mostra que o setor cresceu e se estruturou: a geração de emprego foi em grande parte de postos formais de trabalho: das ocupações geradas pelo setor, entre 2000 e 2010, dois terços foram de Empregados com Carteira¹⁴. Na década, a Construção se manteve com uma estrutura de baixos salários, apesar de também ter gerado oportunidades acima de dois salários mínimos. À estrutura salarial somaram-se as longas jornadas cumpridas pelos trabalhadores da Construção: 33,3% dos ocupados trabalhavam mais de 45 horas na semana em 2010. Apesar da proporção dos que trabalhavam acima da jornada legal ser ainda muito elevada, esse dado indica uma grande mudança, já que, em 2000, 51,3% dos trabalhadores exerciam jornadas de mais de 45 horas (OLIVEIRA, 2016).

A distribuição da Cor dos ocupados na Construção Civil é desigual nas diferentes posições na ocupação. 76,2% dos Empregadores eram brancos, em 2000, e 70,6%, em 2010; enquanto 47,4% dos Empregados com Carteira se autodeclaravam brancos em 2000, e 38,8% em 2010. Quanto ao sexo a Construção continua sendo um setor predominantemente masculino: em 2000 e em 2010 96% dos ocupados eram homens (OLIVEIRA, 2016).

A partir de uma análise detalhada do trabalho na Construção de Edifícios, entre 2006 e 2014, é possível caracterizar melhor o perfil do trabalhador nas obras residenciais. A análise do subsetor de Edificações¹⁵ foi feita pela RAIS, que capta apenas o emprego formal: o número de vínculos da Construção Civil cresceu 109% entre 2006 e 2014 – o setor teve a maior expansão do número de empregos formais. Dentre os vínculos da Construção, o subsetor de Edificações respondia por 43% do emprego em todos os anos da série (OLIVEIRA, 2016).

O crescimento expressivo dos vínculos de emprego formal reafirmou o processo de estruturação empresarial pelo qual passou o setor nos anos 2000. Na série 2006-2014 é possível perceber os impactos do agravamento da crise da economia brasileira sobre a Construção e seus subsetores:

¹³ O Censo permite captar a total dos ocupados na Construção Civil, inclusive os informais. Há, porém, dificuldades de analisar de forma desagregada por subsetores da Construção. Frente à tais limitações, para a análise do subsetor de Edificações – que nos permite uma aproximação dos empregados em construções residenciais – será usada a RAIS (com a limitação de captar apenas aqueles com vínculos formais de trabalho).

¹⁴ A formalização dos vínculos não garante melhores condições de trabalho, como pode ser visto pela existência de trabalhadores com carteira resgatados em condições análogas à escravidão.

¹⁵ Pela atual configuração das pesquisas não é possível desagregar com precisão o trabalho apenas em construções residenciais. A desagregação feita para a análise dos dados refere-se ao subsetor Construção de Edifícios da CNAE 2.0.

após anos de crescimento expressivo, entre 2013 e 2015, a Construção de Edifícios acumula uma redução de 17,2% do número de vínculos e a Infraestrutura de 24,8%. Os Serviços Especializados para Construção continuaram crescendo em 2014, reafirmando o movimento verificado de um incremento constante no seu número de vínculos, indicando uma tendência *estrutural* de maior utilização da terceirização entre as atividades da Construção, mas entre 2014 e 2015 apresentaram uma perda de 9,2% do seu estoque de trabalhadores.

Tabela 3 - Variação dos vínculos por subsetor da Construção, entre 2006 e 2015

Ano	Construção de Edifícios		Infraestrutura		Serviços Especializados		Total da Construção	
	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação	Vínculos	Variação
2006	630.410		514.513		293.790		1.438.713	
2007	718.472	14,0%	610.393	18,6%	345.618	17,6%	1.674.483	16,4%
2008	852.125	18,6%	720.109	18,0%	414.897	20,0%	1.987.131	18,7%
2009	957.057	12,3%	788.111	9,4%	476.086	14,7%	2.221.254	11,8%
2010	1.197.149	25,1%	847.985	7,6%	588.540	23,6%	2.633.674	18,6%
2011	1.309.243	9,4%	920.170	8,5%	679.718	15,5%	2.909.131	10,5%
2012	1.339.911	2,3%	945.889	2,8%	729.573	7,3%	3.015.373	3,7%
2013	1.351.652	0,9%	955.272	1,0%	787.229	7,9%	3.094.153	2,6%
2014	1.318.124	-2,5%	889.164	-6,9%	812.139	3,2%	3.019.427	-2,4%
2015	1.117.557	-15,2%	730.394	-17,9%	737.217	-9,2%	2.585.168	-14,4%

Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

A retomada das obras nos anos 2000, portanto, não só permitiu o dinamismo do setor da Construção e a elevação do valor de mercado das empresas (na Bolsa de Valores) como, também, a geração de emprego. Cresceu principalmente o emprego formal, porém, acompanhado de um movimento de crescente do recurso à terceirização, como constatado. Durante esse período, o salário mínimo passou por uma trajetória de valorização real – o reajuste salarial da construção civil superou o reajuste do salário mínimo, ultrapassando, também, o reajuste obtido pela média do emprego formal no país. Ainda assim, a média salarial da Construção permaneceu inferior à média do emprego formal.

Tabela 4 - Salário mínimo, salário médio do emprego formal no Brasil e salário médio da Construção Civil

Ano	Salário Mínimo				Salário Médio do Emprego Formal				Salário Médio da Construção Civil			
	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)	Nominal	Real	Variação (%)	Variação anual (%)
2006	350	548,8	-	-	1.236,19	1.938,33	-	-	904,85	1.418,79	-	-
2008	415	581,1	5,89	2,90	1.436,70	2.011,83	3,79	1,88	1.140,29	1.596,76	12,54	6,09
2011	545	649,0	11,69	3,75	1.827,45	2.176,29	8,17	2,65	1.484,67	1.768,08	10,73	3,46
2014	724	724,0	11,55	3,71	2.352,42	2.352,42	8,09	2,63	1.932,56	1.932,56	9,30	3,01

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

A média salarial é diferente entre os subsetores da Construção: a Construção de Edifícios tinha a mais baixa média da Construção - a média mais alta estava na Infraestrutura. Em todos os subsetores havia uma grande dispersão dos salários em torno da média, sendo a ocupação um fator diferenciador relevante dos salários.

A análise das ocupações¹⁶ mais significativas da Construção permitiu detalhar o comportamento das remunerações no setor. A desagregação por ocupação permitiu verificar, inicialmente, que era expressiva a presença de Ajudantes de Obras e Trabalhadores de Estrutura de Alvenaria na Construção. Essas duas ocupações representaram cerca de 50% dos vínculos das Edificações em todos os anos da série, mais de 20% dos vínculos da Infraestrutura e cerca de 25% dos vínculos dos Serviços Especializados. A Construção de Edifícios parece ainda apoiar-se fortemente nessas duas ocupações que, com o agravamento da crise a partir de 2013, foram as primeiras a serem dispensadas, indicando que estes profissionais têm colocação instável no mercado, oscilando com o ritmo das obras. Já Infraestrutura e Serviços são subsetores que contavam com estrutura ocupacional mais diversificada.

¹⁶ Chamaremos de 'ocupação' aqui o que é definido como Família Ocupacional pela CBO.

Tabela 5 - Freqüência, salário médio e coeficiente de variação por ocupação na Construção de Edifícios, 2006-2014

Ocupação	Frequência da ocupação (%)					Salário médio			Coeficiente de Variação									
	2006		2011		2014	2006-2008		2011-2014	2014		2006		2011		2014			
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	2014	2014	2006	2006	2011	2014			
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1.188,59	10,81	11,03	14,45	1.673,62	1.259	1.423	1.303	1.211
Ajudantes de obras civis	31,86	32,17	32,45	29,09	721,13	6,60	11,88	12,51	967,66	0,601	0,504	0,595	0,538	1.006,19	1,232	0,408	0,462	0,441
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	2,27	1,25	0,80	0,94	766,93	4,63	5,98	18,32	1.507,04	0,753	0,515	0,728	0,472	1.507,04	0,753	0,515	0,728	0,472
Instaladores-reparadores de linhas e equipamentos de telecomunicações	0,01	0,07	0,00	0,01	889,23	33,97	1,29	24,89	1.568,43	0,782	0,710	0,742	0,743	1.568,43	0,782	0,710	0,742	0,743
Trabalhadores operacionais de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	1,59	1,48	1,42	1,49	960,95	2,32	6,73	11,27	1.167,74	0,499	0,647	0,485	0,450	1.167,74	0,499	0,647	0,485	0,450
Porteiros, guardas e vigias	19,77	20,42	20,55	20,60	973,89	8,48	12,60	15,85	1.378,10	0,516	0,526	0,571	0,563	1.378,10	0,516	0,526	0,571	0,563
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	0,12	0,16	0,22	0,29	980,75	7,01	11,25	15,85	1.352,67	0,465	0,456	0,607	0,561	1.352,67	0,465	0,456	0,607	0,561
Gesseiros	1,50	1,60	1,70	1,79	993,77	6,02	16,28	13,90	1.395,47	0,488	0,465	0,572	0,543	1.395,47	0,488	0,465	0,572	0,543
Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)	6,78	6,70	6,38	6,15	1.073,85	9,84	12,91	12,26	1.495,10	0,519	0,544	0,583	0,559	1.495,10	0,519	0,544	0,583	0,559
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compostos em obras civis	2,36	2,75	2,71	2,67	1.095,49	8,79	12,44	12,03	1.501,22	0,489	0,473	0,563	0,508	1.501,22	0,489	0,473	0,563	0,508
Montadores de estruturas de concreto armado	0,03	0,05	0,06	0,05	1.131,91	-9,16	6,39	27,84	1.398,59	0,619	0,548	0,589	0,608	1.398,59	0,619	0,548	0,589	0,608
Mecânicos de manutenção e instalação de aparelhos de climatização e refrigeração	0,15	0,12	0,18	0,13	1.166,79	20,46	1,83	15,35	1.650,78	0,525	0,692	0,521	0,513	1.650,78	0,525	0,692	0,521	0,513
Instaladores e reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados	1,51	1,51	1,54	1,58	1.175,55	9,82	9,27	16,56	1.644,27	0,657	0,640	0,651	0,612	1.644,27	0,657	0,640	0,651	0,612
Trabalhadores de instalações elétricas	1,02	1,11	1,19	1,30	1.212,35	1,93	14,01	12,21	1.580,86	0,699	0,580	0,614	0,547	1.580,86	0,699	0,580	0,614	0,547
Encanadores e instaladores de tubulações	0,46	0,48	0,48	0,61	1.234,97	10,92	19,02	9,25	1.781,22	0,621	0,595	0,542	0,513	1.781,22	0,621	0,595	0,542	0,513
Eletricistas-eletrônicos de manutenção	0,87	0,95	1,08	1,18	1.279,27	5,63	11,61	12,63	1.698,70	0,668	0,616	0,622	0,587	1.698,70	0,668	0,616	0,622	0,587
Almoxarifes e armazenistas	1,00	0,99	0,94	1,06	1.340,76	2,71	12,44	14,30	1.769,80	0,535	0,553	0,541	0,494	1.769,80	0,535	0,553	0,541	0,494
Motoristas de veículos de caixas em geral	0,23	0,25	0,23	0,27	1.353,39	11,69	9,23	-4,31	1.580,00	1,659	0,646	0,541	0,600	1.580,00	1,659	0,646	0,541	0,600
Trabalhadores de tracagem e montagem de estruturas metálicas e de compostos	0,72	0,67	0,61	0,64	1.354,03	6,60	5,64	8,92	1.973,69	0,594	0,606	0,582	0,543	1.973,69	0,594	0,606	0,582	0,543
Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	4,68	4,74	4,78	5,20	1.487,11	19,08	-4,40	3,00	1.743,76	1,113	1,571	1,083	1,126	1.743,76	1,113	1,571	1,083	1,126
Trabalhadores na operação de máquinas de terraplenagem e fundações	0,41	0,42	0,37	0,41	1.660,16	1,56	9,39	9,18	2.013,77	0,839	0,650	0,645	0,603	2.013,77	0,839	0,650	0,645	0,603
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	0,15	0,14	0,09	0,12	1.757,55	-21,89	-1,05	26,72	1.721,29	0,810	0,756	0,817	0,688	1.721,29	0,810	0,756	0,817	0,688
Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compostos	0,34	0,28	0,27	0,29	1.982,67	-26,66	13,56	21,61	2.007,99	1,258	0,685	0,717	0,722	2.007,99	1,258	0,685	0,717	0,722
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	3,66	3,79	3,92	4,16	2.065,24	10,54	17,38	12,93	3.026,28	0,811	0,827	0,813	0,763	3.026,28	0,811	0,827	0,813	0,763
Trabalhadores de caldearia e serralaria	0,57	0,65	0,76	0,97	2.253,69	22,15	-1,56	-0,02	2.709,36	0,819	0,963	0,748	0,788	2.709,36	0,819	0,963	0,748	0,788
Mecânicos de construção civil (edificações)	0,35	0,44	0,59	0,74	2.293,36	-0,41	7,57	5,33	2.587,85	0,656	0,655	0,655	0,627	2.587,85	0,656	0,655	0,655	0,627
Técnicos em segurança no trabalho	1,41	1,37	1,22	1,28	4.700,30	17,62	20,25	8,46	7.209,80	0,732	0,726	0,712	0,690	7.209,80	0,732	0,726	0,712	0,690
Engenheiros civis e afins																		

Fonte: Rais. Elaboração própria.

A análise por ocupações permitiu verificar a grande diversidade de salários e de reajustes entre as diferentes ocupações. Como já apontado, o salário médio da Construção subiu mais que a variação do mínimo, mas não foram as ocupações de base que obtiveram os mais altos reajustes de salário: os maiores ganhos foram para profissionais especializadas como Engenheiros, Montadores de Estrutura de Concreto Armado, Supervisores da Construção Civil, etc. Os resultados da pesquisa indicam que os ganhos reais de salários da construção deveram-se à política de valorização do salário mínimo – importante especialmente para os trabalhadores com salários próximos ao mínimo – e, de outro lado, à reativação rápida e conjunta das obras de infraestrutura e de edificações, que exigiram a rápida recriação de um mercado de trabalho da construção, quando tornaram-se escassos os profissionais especializados que, desse modo, no *boom*, conseguiram reajustes salariais surpreendentes.

Durante o período de dinamismo nos anos 2000 identificamos o aumento das já altas taxas de rotatividade do setor revelando que não houve, durante o auge de crescimento da Construção, uma mudança do comportamento das empresas para a criação de mecanismos de fixação dos trabalhadores do setor¹⁷.

Tabela 6 - Rotatividade na Construção de Edifícios, 2006-2014

	2006	2008	2011	2014
Admitidos no ano	769.295	1.128.740	1.695.737	1.635.798
Desligados no ano	675.536	982.953	1.541.374	1.638.875
Estoque em 31/dez	630.410	852.125	1.309.243	1.351.652
Fluxo de contratação e dispensa	115,8%	126,1%	125,1%	120,9%

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

A análise da escolaridade do trabalhador das Edificações, quando comparada ao conjunto do emprego formal no país, indica que o setor permanece demandando trabalhadores de baixa qualificação. A série de 2006-2014 apresentou uma melhora na distribuição por anos de estudo que parece estar mais relacionada às mudanças no conjunto da população brasileira do que às alterações no padrão de absorção de força de trabalho do setor.

¹⁷ Característica marcante da construção, as motivações para tamanha rotatividade abrem margem para investigações mais aprofundadas. Ainda assim, é possível destacar que tal característica imprime uma especificidade ao mercado de trabalho do setor já que, frente à redução das contratações o saldo de empregados pode ser rapidamente reduzido pela continuidade das demissões.

Tabela 7 - Escolaridade na Construção de Edifícios e no total dos empregados formais do país, 2006-2014

Escolaridade	Construção de Edifícios				Total Emprego Formal Brasil			
	2006	2008	2011	2014	2006	2008	2011	2014
Analfabeto	1,6	1,4	1,3	1,1	0,7	0,6	0,4	0,3
Até 5ª Incompleto	14,3	12,5	12,6	11,3	4,5	3,9	3,5	2,9
5ª Completo Fundamental	16,2	13,9	10,7	7,6	6,4	5,4	4,2	3,1
6ª a 9ª Fundamental	21,1	20,1	16,7	14,6	9,8	8,8	7,4	6,1
Fundamental Completo	19,8	21,2	19,7	18,6	15,4	14,2	12,4	10,8
Médio Incompleto	6,7	7,3	8,4	8,5	8,6	8,3	7,9	7,4
Médio Completo	14,5	17,4	24,2	30,6	35,3	38,6	43,2	46,1
Superior Incompleto	1,6	1,7	1,9	2,1	4,3	4,3	4,1	3,8
Superior Completo	4,2	4,5	4,7	5,6	15,0	15,9	17,0	19,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou contribuir para o debate sobre o mercado de trabalho na construção de edifícios durante a retomada do financiamento habitacional no Brasil nos anos 2000. A geração de empregos é frequentemente referida como indício do sucesso de incentivos ao setor imobiliário sem que seja acompanhada de estudos sobre o perfil dos novos postos de trabalho.

Porém, os dados revelam aspectos da instabilidade desse emprego e dos limites ao estímulo da construção civil como política econômica e anticíclica. Além dos impactos negativos deste movimento sobre as cidades, identificados por pesquisadores, é necessário refletir sobre o perfil e condições de empregos gerados pelo setor.

A pesquisa revela também uma série de dificuldades para a elaboração de análises desagregadas do mercado de trabalho na construção civil. A elevada informalidade dos vínculos e as especificidades que marcam a diversidade de atividades da indústria da construção exigem um esforço constante de investigação, agravado pela insuficiência de dados secundários disponíveis. Por isso, apontamos a necessidade de pesquisas in loco que refinem e aprofundem aspectos aqui discutidos. Neste texto, utilizamos a contribuição de alguns autores que já realizaram investigações nesse sentido e reforçamos a importância da continuidade dessa linha de pesquisa, sempre que possível combinada a análise de dados secundários.

Ainda assim, a análise do mercado de trabalho nas Edificações nos anos 2000 aqui realizada mostrou a capacidade do setor de expandir-se com grande velocidade frente a estímulos fiscais e creditícios. O crescimento do número de empregados durante a retomada do financiamento deu-se a taxas surpreendentes: entre 2009 e 2010 – primeiro ano do PMCMV – a Construção de Edifícios cresceu 25,1%. Uma reação imediata ao pacote de estímulos do governo federal revela a facilidade com que o setor consegue incorporar mão de obra.

Ao mesmo tempo que consegue expandir-se com rapidez, o setor revela também elevada sensibilidade à reversão de expectativas. Entre 2013 e 2015 as Edificações acumulam uma perda de 17,7% no número de vínculos – 15,2% destes somente no ano anterior. A rápida reversibilidade no estoque médio de trabalhadores encontra explicação também na elevada rotatividade do setor.

Como visto, o fluxo de contratação e dispensa na Construção de Edifícios em todos os anos ultrapassa 100% - ou seja, demite e recontrata mais que o estoque médio de trabalhadores no ano.

Após uma década de intenso estímulo à produção residencial, os resultados da pesquisa indicam que o trabalhador da construção permanece com baixa remuneração, péssimas condições de trabalho, sujeito à elevada incidência de acidentes de trabalho e o trabalho análogo ao escravo aparece como uma cruel realidade dos canteiros brasileiros. Pensar as especificidades da dinâmica de geração de emprego na indústria da construção brasileira permite avançar na reflexão sobre os impactos e consequências de políticas de fomento à produção da moradia como política anticíclica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAVELLI, J. E. **Trabalho e tecnologia no programa MCMV**. 2014. Tese (Arquitetura e Urbanismo) - FAU-USP, São Paulo, 2014.

BERTASSO, B. **Edificações: impasses da modernização no ciclo de crescimento dos anos 2000**. Tese (Economia) – IE-UNICAMP, Campinas, 2012.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 9, 1976.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J.P.; COSTA, H.S.M. (orgs). **Estado e capital imobiliário: convergência atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.81-104.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. In: **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2011.

COSTA, L. R. **Trabalhadores em Construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil**. Tese (doutorado) – IFCH, UNICAMP, 2010.

COSTA, R. V. **O sistema nacional de habitação e os corretores de imóveis**. Rio de Janeiro: BNH, 1972.

FARAH, M. **Processo de trabalho na construção habitacional**. São Paulo: Annablume, 1996.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coord). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB/FUPAM, 2012. 200p.

FERRO, S. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FILGUEIRAS, V. A. **Saúde e segurança do trabalho na construção civil brasileira**. Aracajú: J. Andrade, 2015.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (doutorado) – IE, UNICAMP, Campinas, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Déficit habitacional municipal no Brasil. Belo Horizonte: FJP/CEI, 2013. 78p.

LESSA, C; DAIN, S. Capitalismo Associado: Algumas Referências Para O Tema Estado E Desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento Capitalista No Brasil: Ensaio Sobre a Crise**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARICATO, E. **A Política Habitacional No Regime Militar: Do Milagre Brasileiro à Crise Econômica**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. In: Mercator, Fortaleza, v.12, p.29-40, set.2013. Número especial (2).

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

_____. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, M. R. **Mercado de trabalho na construção civil: o subsetor da Construção de Edifícios durante a retomada do financiamento habitacional nos anos 2000**. Dissertação (mestrado) – IE/UNICAMP, Campinas, 2016.

PEQUENO, L. R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: **Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do PMCMV em 6 estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PEREIRA, P. C. X. **Espaço, técnica e construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1988.

ROYER, L. O. **Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas**. São Paulo: FAU-USP, 2009.

SILVA, F. T. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: UNICAMP, 2003.

TAVARES, M. C.; ASSIS, J. C. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TONE, B. B. **São Paulo, século XXI: valorização imobiliária e dissolução urbana**. Tese (doutorado) - FAU/USP, São Paulo, 2016.

WERNECK, D.F.F. 1978. **Emprego e salários na indústria da construção**. Relatório de pesquisa, n.40. Rio de Janeiro: IPEA.